

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 15 | Nº 45 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.8378307>



TURISMO AFROCENTRADO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: RELATOS A PARTIR DA HASHTAG #AFROTURISMO NO INSTAGRAM¹

Priscilla Teixeira da Silva²

Luciano Torres Tricárico³

Yolanda Flores e Silva⁴

Resumo

Este estudo apresenta como tema as intersecções entre Turismo e Relações Raciais. O objetivo é investigar experiências turísticas afrocentradas a partir de registros na rede social *Instagram*. O procedimento metodológico adotado para o levantamento dos dados foi a netnografia, realizada através da busca pela hashtag #afroturismo no *Instagram*, entre os meses de outubro de 2022 a fevereiro de 2023. Foram encontradas 723 postagens, as quais foram analisadas conforme a análise temática. A discussão dos achados foi realizada a partir de uma ótica decolonial, dialogando com a Teoria Crítica da Raça. O levantamento dos principais temas abordados a partir do uso da hashtag #afroturismo trouxe como resultados uma variedade de contextos que extrapola a área do turismo. Contudo, de maneira central, o estudo mostra que o Afroturismo abrange conceitos e práticas do turismo de raízes, turismo étnico-afro e o novo *Black Travel Moviment* (BTM). Entre os lugares de memória afro-brasileiros citados nas postagens destacam-se o Parque Memorial Quilombo dos Palmares e a cidade de Salvador. Por fim, os relatos de experiência e registros de atividades turísticas afrocentradas evidenciam a potência do Afroturismo enquanto ação educativa antirracista junto a grupos de turistas, grupos escolares, colaboradores de empresas e magistrados, compondo um dos três caminhos possíveis no combate ao racismo no Brasil, conforme apontado pelo antropólogo Kabengele Munanga: a educação cidadã antirracista, as leis e as ações afirmativas. Enquanto contribuição prática, esta pesquisa pode nortear políticas públicas para o Afroturismo e até iniciativas para o *trade* turístico, no sentido de precaver e coibir situações de discriminação e/ou preconceitos de origem étnico-racial.

Palavras-chave: Educação Antirracista; *Instagram*; Turismo Afrocentrado.

Abstract

This study explores the intersections between Tourism and Racial Relations. The objective is to investigate Afrocentric tourist experiences based on Instagram social media posts. The methodological procedure employed to collect data was netnography, conducted by searching for the hashtag #afroturismo (afrotourism) on Instagram from October 2022 to February 2023. A total of 723 posts were found and analyzed thematically. The discussion of the findings was approached from a decolonial perspective, engaging with Critical Race Theory. The analysis of the main themes addressed through the use of the #afroturismo hashtag revealed a variety of contexts that extend beyond the realm of tourism. However, fundamentally, the study demonstrates that Afrotourism encompasses concepts and practices of roots tourism, afro-ethnic tourism, and the new Black Travel Movement (BTM). Among the Afro-Brazilian memory sites mentioned in the posts, the Quilombo dos Palmares Memorial Park and the city of Salvador stand out. Lastly, the accounts of Afrocentric tourist experiences and activities highlight the potential of Afrotourism as an anti-racist educational action among tourists, school groups, corporate employees, and judges, constituting one of the three possible paths in the fight against racism in Brazil, as pointed out by anthropologist Kabengele Munanga: anti-racist citizen education, laws, and affirmative actions. As a practical contribution, this research can guide public policies for Afrotourism and even initiatives within the tourism industry, in order to limit and prevent situations of ethnic-racial discrimination and/or prejudice.

Keywords: Anti-racist Education; Afrocentric Tourism; Instagram.

¹ A presente pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutoranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). E-mail: priscilla.cet@gmail.com

³ Professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Doutor em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: tricarico@univali.br

⁴ Professora da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Doutora em Enfermagem. E-mail floresesilva.yolanda907@gmail.com



INTRODUÇÃO

O tema deste estudo são as intersecções entre o Turismo e as Relações Raciais. Trabalhar com esta temática tem sua importância visto que, até o momento, ainda são poucas as pesquisas disponíveis, tanto no Brasil como em outros países. Nos Estados Unidos, apesar da literatura escassa, há registros de pesquisas sobre relações raciais no turismo desde os anos 1990. No Brasil, os primeiros trabalhos começaram a ser publicados no final dos anos 2000, sendo os principais temas abordados o Turismo de Base Comunitária (TBC) em comunidades quilombolas, a sexualização da mulher negra presente, principalmente, na comunicação turística, e o racismo presente nas relações entre turistas e anfitriões. Mais recente ainda é a palavra Afroturismo, termo brasileiro, nascido do mercado, enquanto uma tendência no turismo que cria experiências que envolvam as raízes e a cultura afrodescendente, tendo seus primeiros registros na segunda metade da década de 2010 a partir do movimento de afroempreendedores da área. Nesse sentido, faz-se necessário discutir os significados do Afroturismo entre os mais diversos públicos envolvidos como turistas, planejadores, empresas e acadêmicos.

Enquanto uma área jovem, com pouco mais de 40 anos de existência a nível de pós-graduação no Brasil, o Turismo pouco discute nas suas escolas a relação dos conhecimentos da área com a realidade do país. Temas como a discriminação das populações cujas origens não são europeias, educação antirracista e outras relacionadas com as vulnerabilidades da população brasileira, tais como: economia, educação e saúde, não entram no eixo dos debates do Turismo. Este contexto tem a ver também com um modelo de turismo que precisa mudar, que é aquele centrado apenas na Economia e que discute pouco os determinantes sociais que influenciam se uma população tem como viajar, fazer lazer e se o turismo pensado é sustentável e ético, entre outras temáticas importantes.

Sendo assim, o objetivo deste texto é investigar experiências turísticas afrocentradas a partir de registros na rede social *Instagram*. Enquanto objetivos específicos, pretende-se: a) identificar os principais temas abordados a partir do uso da *hashtag* #afroturismo no *Instagram*; b) levantar bens culturais afro-brasileiros, lugares de memória e personalidades negras citadas nas publicações; e c) evidenciar, a partir de relatos de experiência e registros de atividades, práticas que possam contribuir com uma educação antirracista. Para isso, foi realizada uma netnografia na rede social *Instagram*, no período de 18 de outubro de 2022 a 03 de fevereiro de 2023, tendo como base estudos realizados por um economista que, nos últimos 30 anos, associou e descreveu estratégias de coleta de dados virtuais comuns na Antropologia. A análise foi temática, unindo os conhecimentos de uma socióloga brasileira, cujas investigações na área de análise metodológica com abordagem qualitativa tem reconhecimento no Brasil desde os anos 1980.



Nesta investigação, a netnografia foi utilizada como uma ferramenta exploratória para estudar um tópico específico, o Afroturismo, a partir do uso da *hashtag* #afroturismo. Os dados foram interpretados conforme uma ótica decolonial, tendo em vista o Afroturismo ser um conceito brasileiro, dialogando com a Teoria Crítica da Raça, referencial de muitos dos textos com os quais se fará a discussão pretendida neste texto, onde estão presentes obras nacionais e internacionais com uma grande diversidade de discursos. Alguns discursos tangenciando debates que o Turismo iniciou muito recentemente, sobre aspectos étnico-raciais, enquanto uma construção cultural e identitária que confronta os discursos oficiais que infantilizam ou tornam invisíveis as lutas dos povos originários e todos aqueles considerados de origem não europeia.

Na introdução, apresenta-se uma perspectiva geral do texto. Seguida da revisão da literatura, que explora sobre as principais intersecções entre relações raciais e turismo presentes na literatura. Logo após, é descrita a metodologia adotada na pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados e discussão. E, por fim, a quinta seção, que finaliza o estudo e traz as conclusões do trabalho.

TURISMO E RELAÇÕES RACIAIS

A afrocentricidade vem sendo discutida desde os anos 1960, e, como teoria, desde a década de 1980, com a publicação do livro *Afrocentricidade: a teoria da mudança social*, de Molefi Kete Asante. Asante (2009) explica que a afrocentricidade surgiu como um processo de conscientização política do povo negro, a margem da educação, da arte, da ciência, da economia, da comunicação e da tecnologia.

Para o autor, a afrocentricidade é uma forma de “pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com os seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93), sendo, também, uma questão de localização relacionada ao lugar psicológico, cultural, histórico e individual ocupado por uma pessoa em um dado momento da história. Fazem parte das características mínimas do projeto afrocêntrico, além da localização, o compromisso com a descoberta do lugar do africano como sujeito, a defesa dos elementos culturais africanos e o compromisso com uma nova narrativa histórica da África.

No turismo, conforme Oliveira (2021a) a afrocentricidade não é um tema amplamente discutido na academia no Brasil e, normalmente, quando analisada, está vinculada ao turismo étnico, sendo também chamado de turismo étnico afro, com discussões voltadas, principalmente, às experiências turísticas em comunidades quilombolas. Para a autora, o turismo afrocentrado é caracterizado por narrativas afroreferenciadas, sejam elas urbanas ou rurais, onde o negro é apresentado (e se apresenta),



com suas próprias referências, contando a sua própria história, englobando diferentes experiências, sendo uma delas o turismo de diásporas ou turismo diaspórico.

O conceito de turismo de diásporas foi definido pelos geógrafos Tim Coles e Dallen Timothy no livro *Tourism, Diasporas and Space*, publicado em 2004, enquanto um tipo de turismo produzido, consumido e vivenciado por comunidades diaspóricas (COLES; TIMOTHY, 2004). A obra inclui as diásporas chinesa, indiana, holandesa, escocesa, galesa, judia e africana.

Conforme Pinho (2018), o turismo diaspórico inclui diferentes fluxos e, entre os principais estão: a) as viagens daqueles que vivem na terra de origem em direção às terras para onde se deslocaram seus descendentes como, por exemplo, turistas japoneses que visitam bairros japoneses nos Estados Unidos e Canadá; b) os turismos diaspóricos “laterais”, quando comunidades diaspóricas se visitam entre si, como, por exemplo, turistas afro-americanos que visitam a Bahia; e c) as viagens a terra de origem dos antepassados, na busca pelas raízes culturais, que podem se materializar em ações de filantropia e realização de obrigações familiares, como, por exemplo, a experiência de turistas afro-americanos em Gana (DILLETTE, 2020).

Pinho (2018) considera que os turistas que procuram por viagens com essa proposta são pessoas que entendem que as suas identidades foram interrompidas pela perda de suas raízes culturais e familiares e sentem que precisam viajar para “enraizar” as suas identidades tanto nas culturas locais quanto nas relações de parentesco. Para a autora, as experiências de turismo diaspórico tem como ganhos para o turista fortalecimento da sua autoimagem, seu orgulho, entendimento da própria história e a construção de uma consciência coletiva.

Nesse sentido, o que motiva o turista diaspórico seria desejo de conhecer como vivem os seus “pares”, seja na terra de origem dos antepassados, seja nos pontos laterais da diáspora, residindo aqui a diferença fundamental entre o turismo de diásporas e o turismo étnico: o turismo de diásporas se desenvolve com base na busca da semelhança, já no turismo étnico a ênfase está na busca pela “diferença”. Segundo a Organização Mundial de Turismo (2008), o turismo étnico diz respeito a vivência de experiências autênticas em contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos, de forma que os turistas possam estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, bem como observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. De maneira específica, para Santos e Sá (2021), o turismo étnico afro tem por objetivo a experiência das manifestações culturais materiais e imateriais da população negra. Para Yang (2016), o turismo étnico é motivado pela procura dos turistas por experiências culturais exóticas através da interação com grupos minoritários distintos e pelo desejo desses grupos de utilizar aspectos da sua cultura para criar oportunidades econômicas.



Conforme Pinho (2018), o turismo de diásporas abrange dois subtipos, o turismo genealógico e o turismo de raízes, cuja principal diferença está no fator tempo e como ele opera no resgate da ancestralidade. Enquanto o turismo genealógico, se refere a viagens em que se procuram informações sobre os ancestrais mais diretos, o turismo de raízes se refere a viagens em busca de um passado mais remoto e muitas vezes mitificado e, por que não dizer, mais coletivo, também.

Entre as pesquisas sobre turismo de raízes destacam-se Pinho (2018) e Dillette (2020), ambas realizadas a partir das experiências de turistas afro-americanos. O estudo de Pinho (2018) parte do objetivo de compreender como, a partir dos “centros”, se explicam os deslocamentos para destinos geralmente localizados nas “periferias” do mundo. Para isso, Pinho (2018) apresenta como exemplo os turistas diaspóricos afro-americanos que visitam a Bahia em busca de suas raízes culturais. Segundo a autora, a Bahia é representada como uma “África mais próxima”, onde é possível reencontrar as raízes culturais africanas que, embora supostamente “perdidas” entre os afro-americanos, têm sido “preservadas” pelos afro-brasileiros.

A aura de africanidade de Salvador tem se intensificado com base nas reinvenções dos significados da África e dos africanismos produzidos por organizações culturais negras, como blocos afro, terreiros de candomblé e academias de capoeira. A cultura afro-baiana atrai, assim, um grande número de turistas afro-americanos que passam temporadas que variam, em média, de oito a dez dias em Salvador, mas cujos itinerários geralmente incluem também a participação na festa da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira, realizada todo mês de agosto. As reinvenções contemporâneas da africanidade em Salvador têm contribuído para fortalecer a representação de que a Bahia é a África das Américas e, portanto, um centro cultural de grande relevância para turistas existenciais afro-americanos (PINHO, 2018, p. 120).

A partir desse exemplo, Pinho (2018) reflete sobre os turismos diaspóricos laterais e a busca pelos “pares”. Nesse caso, a autora conclui que há muito mais de turismo étnico afro do que raízes diaspóricas nesse movimento, tendo em vista que a lateralidade se dá apenas em relação a condição de povo diaspórico, pois há uma assimetria de poder levando-se em consideração que se trata de turistas oriundos de um país central em direção a um país periférico. Nesse sentido, ainda que afro-americanos sejam minorias sociais nos Estados Unidos, a condição de ser um turista vindo de um país central os coloca em uma posição de privilégio em relação às comunidades que os recebem em outros países, seja no Brasil, seja em Gana. Entre os resultados da pesquisa, Pinho (2018) apresenta que os turistas afro-americanos revelam uma insatisfação muito grande com o nível de pobreza e o pouco poder político dos afro-brasileiros, algo que lhes parece incoerente com o fato da população negra ser a maioria no estado da Bahia e representarem mais da metade da população do Brasil:



(...) o discurso dominante do turista afro-americano sobre os afro-brasileiros termina por expressar as assimetrias da diáspora africana, em que os centros existenciais, como a Bahia, Havana, e a mítica Mama África, não conseguem competir em pé de igualdade com o poderio dos Estados Unidos como centro de disseminação cultural sustentado pelas indústrias fonográfica, cinematográfica e literária (PINHO, 2018, p. 123-124).

Partindo do objetivo de obter uma compreensão mais profunda das experiências vividas por viajantes afro-americanos em uma viagem de turismo de raízes para Gana, Dillette (2020) discute os principais impactos do turismo de raízes no processo de formação da identidade e sua consequência para iniciativas de justiça social. Os resultados da pesquisa revelam uma forma de “dupla consciência”, à medida que os turistas afro-americanos identificam suas raízes culturais e, também, reconhecem uma distância de poder em relação aos ganeses, seguida de um senso de compromisso cívico elevado com a justiça social. Como resultado da experiência de viagem, os turistas afro-americanos manifestaram um senso maior de ativismo, uma mudança na forma de interagir com a própria comunidade afro-americana, além do desejo de se engajar em ações em Gana, como a oferta de microempréstimos para financiar pequenos negócios ou o patrocínio a artistas ganeses.

Fato importante é que nessa experiência Dillette (2020) também evidencia que os turistas afro-americanos são confrontados em suas identidades: a identidade africana e a identidade americana. O que leva a reflexão sobre a discriminação racial nos Estados Unidos. Afinal, não há espaço para o negro na construção da identidade norte americana? E no Brasil, como a construção da identidade nacional, do ser brasileiro, evidenciou ou escondeu a negritude? O que escolheu evidenciar e o que escolheu esconder? De que modo o processo de valorização de algumas práticas culturais de origem africana expropriou a africanidade colocando em seu lugar uma invenção de brasilidade? Para Munanga (1990) a retórica oficial se expressa através das próprias contribuições culturais negras no Brasil, para negar a existência do racismo e para afirmar a proclamada "Democracia Racial", não havendo nenhum problema na defesa da cultura negra desde que não esteja acompanhada da reivindicação política.

A diáspora africana é um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente africano durante o tráfico transatlântico de escravizados. Conforme Dillette (2020), embora os números sejam difíceis de identificar, os estudiosos estimam entre os séculos XVI e XIX cerca de 11 a 12 milhões de africanos foram colocados em navios europeus destinados a uma vida de escravidão no Caribe, América Latina e América do Norte. Segundo dados da Fundação Palmares (2019), estima-se que 5 milhões de africanos escravizados vieram para o Brasil.

Após a abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1863, os afro-americanos viveram um período de segregacionismo conhecido como período Jim Crow, que durou de 1877 a 1964. O nome remete a leis estaduais e locais que impunham segregação racial no sul dos Estados Unidos. Com a



popularização dos carros, de modo a auxiliar em um deslocamento seguro e paragem em locais onde seriam recebidos, em 1932, Victor Hugo Green escreveu *The Negro Motorist Green Book* (SUTHERLAND, 2019). Conhecido como *The Green Book*, o livro começou como uma publicação em Nova York, expandindo-se para cobrir todos os Estados Unidos, tendo, também, edição internacional. Publicado anualmente de 1936 a 1966, *The Green Book* dispunha de anúncios de estabelecimentos como oficinas mecânicas, restaurantes, hotéis e outras empresas de propriedade de negros ou amigas de negros, recomendações, pontos de interesse e, principalmente, dicas de segurança e preparação para a viagem. Nesse mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1950 ocorreu o chamado *Black Travel Movement* (BTM), movimento que se refere a um aumento de viajantes negros norte-americanos. Segundo Sutherland (2019), *The Green Book* vendeu aproximadamente 15 mil cópias anualmente até 1964, quando começou a ser considerado obsoleto após a aprovação da legislação abrangente dos Direitos Civis nos Estados Unidos.

Ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil, o período pós-abolicionista não foi marcado por leis segregacionistas, o que não quer dizer que práticas discriminatórias não ocorressem, seja de maneira mais cínica pela não implementação de medidas de integração da população negra na sociedade, seja por medidas efetivas, como o Decreto nº 847/1890, que em seu capítulo XIII - dos vadios e capoeiras, determinava que aqueles que perambulavam pelas ruas, sem trabalho ou residência comprovada, bem como os que estivessem jogando ou portando objetos relativos à capoeira, iriam para a cadeia.

No Brasil, houve um processo de construção do mito democracia racial e a convivência harmônica entre as diferentes raças/etnias, pautado na miscigenação, o que acabou por camuflar o racismo e a história de violência dessa miscigenação, e a perpetuar a naturalização de uma hierarquia racial no país. O que, em parte, poderia explicar o fato de a população negra brasileira não ter vivenciado no século XX um fenômeno similar ao *Black Travel Movement*. Após a abolição da escravidão, em 1888, o Brasil demoraria 63 anos para instituir a primeira norma de combate ao racismo, a Lei 1.390/1951, também conhecida como Lei Afonso Arinos, que incluiu a discriminação racial entre as contravenções penais. Segundo a Fundação Cultural Palmares (2018) a motivação para lei ocorreu em razão de um caso de discriminação envolvendo a bailarina afro-americana Katherine Dunham que foi impedida, em razão da sua cor, de se hospedar em um hotel em São Paulo. Ainda assim, a Lei Afonso Arinos foi acionada pela primeira vez somente em 1970, pela jornalista Glória Maria, impedida de entrar pela porta da frente de um hotel no Rio de Janeiro pelo próprio gerente. Somente em 1989, com a Lei 7.716, a legislação brasileira passou a determinar a pena de reclusão a quem cometer atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, regulamentando, assim, a inafiançabilidade e a imprescritibilidade do crime de racismo, que já estava disposto no inciso



XLII do artigo 5 da Constituição Federal de 1988, ao dizer que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

No início do século XXI nos deparamos com um novo *Black Travel Movement (BTM)*, dessa vez, ocorrendo com diferentes intensidades em diferentes lugares do mundo, a partir do uso das redes sociais e a construção de uma identidade negra em escala global. Para Dillette, Benjamin e Carpenter (2018), as mídias sociais e as comunidades online desempenharam um papel importante nesse novo BTM, atuando como uma forma moderna de resiliência. As pessoas estão usando diferentes sites de rede social para esses movimentos como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, cada uma com métodos próprios de compartilhamento de conteúdo. Nessas plataformas, textos, fotos e vídeos curtos podem ser postados usando uma *hashtag* para vincular o conteúdo a um tópico específico. Para Arthur (2023) o novo BTM compreende viajantes individuais, criadores de conteúdo e influenciadores e empresas.

Entre as pesquisas sobre relações raciais no turismo a partir de sites de redes sociais destacam-se: Dillette, Benjamin e Carpenter (2018); Klassen *et al.* (2021); Park, Mcgehee e Harrison (2022), realizadas no *Twitter*; Sutherland (2019) realizada parte no *Twitter* e parte no *Facebook*; Gill (2019), Peters (2021), Arthur (2022) e Arthur (2023) no *Instagram*; e Oliveira, Silva e Almeida (2022), realizada no *Facebook*.

Gill (2019) examina as maneiras pelas quais mulheres negras *millennials*, empreendedoras e influenciadoras de viagens, como Evita Robinson (fundadora e criadora da empresa *Nomadness Travel Tribe*) e Zim Ugochukwu (criadora da empresa *Travel Noire*, usam a mídia social e digital para lançar e sustentar o novo BTM. Para Gill (2019), o uso inovador de mídia digital e social por mulheres negras da geração *millennial* colocou os viajantes negros no radar não só da mídia, mas de empresas relacionadas a viagens.

Já Peters (2021) realizou a sua pesquisa a partir dos perfis das empresas *Travel Noire* e *Nomadness Travel Tribe* e questiona como as empresas de viagens negras produzem representações que criam novas possibilidades para a negritude em escala global. A autora conclui que as contas *Instagram* dessas empresas são e representam espaços racializados, atuando como arenas de criação de sentido racial onde a negritude é narrada enquanto uma história compartilhada, independentemente do posicionamento diaspórico, através do código pan-étnico, pan-nacional "Preto", evocando um senso de uniformidade em um grupo heterogêneo de pessoas.

Arthur (2022), por sua vez, analisa o *Instagram* e as práticas da cultura digital, a partir da pesquisa nos perfis das influenciadoras de viagens Jessica Nabongo e Oneika Raymond, teorizando novas formas de entender como as mulheres negras se situam na África para suas redes on-line. Empregando a Análise Crítica do Discurso Tecnocultural, a autora evidencia que os perfis pesquisados



utilizam o *Instagram* para cultivar a sabedoria sobre a África. As influenciadoras combinam imagens, legendas, *hashtags* e *geotags* para compartilhar informações sobre os países do continente africano com populações, principalmente negras.

Arthur (2023) apresenta uma crítica sobre estereótipos retratados em viagens analisando, especificamente, como a branquitude funciona na mídia de viagens. Para isso, a autora analisa textos e imagens de dois perfis no *Instagram* que destacam os movimentos globais de viajantes negros, o @blacktravelalliance e o @historyofblacktravel. Como resultados, Arthur (2023) elenca três pilares que devem ser adotados: a) a ampliação e a responsabilidade em garantir uma representação precisa e adequada que não privilegie alguns poucos selecionados; b) o combate à fortaleza física, ontológica, epistemológica e tecnológica do imaginário de viagens da branquitude; e c) a derrubada de idealizações anteriores de “espaços puros e homogêneos, ambientes controlados e padrões previsíveis de design e comportamento” enraizados na branquitude.

Em um contexto brasileiro, Oliveira, Silva e Almeida (2022) apresentam uma pesquisa realizada no grupo fechado do *Facebook* Viajantes Negros. Realizada em 2021, a pesquisa tem por objetivo investigar como a questão racial atravessa as experiências turísticas de mulheres negras. Como resultados, as autoras apresentam que as mulheres participantes do grupo entendem a importância do corpo negro viajante ocupar todos os espaços, sendo possível notar, contudo, um interesse maior por roteiros afrodiaspóricos. O grupo também é percebido como um espaço seguro para troca de informações que apenas mulheres negras compreendem, como dicas de locais onde o racismo é menos explícito. As autoras também apontam a necessidade de dar atenção ao movimento de viajantes negros do Brasil.

Ainda que grande parte da literatura estrangeira sobre turismo e relações raciais esteja voltada ao Turismo de Diásporas, e suas subdivisões, ao Turismo Étnico e às experiências de viajantes negros, Yeager *et al.* (2022) refletem sobre o papel pedagógico do turismo e as relações raciais em um contexto de educação superior norte-americana. Neste trabalho, os autores relatam o processo de construção de um projeto colaborativo realizado por dois cursos de graduação, Planejamento do Turismo Sustentável e Marketing Estratégico, de duas diferentes universidades, junto a suas respectivas comunidades de entorno. O projeto tem como produto final a criação de um vídeo promocional de marketing e uma análise de mídia social para o corredor do patrimônio afro-americano e todo o processo de construção combina a Teoria Crítica da Raça com a Teoria da Aprendizagem Transformacional. Como resultados, Yeager *et al.* (2022) evidenciam experiências de aprendizagem capazes de envolver os discentes na discussão da justiça social, bem como ampliar histórias antes silenciadas ou esquecidas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e empática.



Mas, afinal, o que é o Afroturismo? Quais são os sentidos dessa palavra? De que maneira o espelhamento quanto aos processos históricos da população negra norte-americana e a população negra brasileira podem nos ajudar a entender esse conceito? Para Oliveira (2021b) turismo afrocentrado e Afroturismo se referem as mesmas práticas pois tem como ponto principal a ancestralidade, tomando negro como ponto de partida para a realização da atividade turística.

Afroturismo é um termo brasileiro. Seus primeiros usos vêm do mercado e estão registrados em Silva (2017) ao se referir a um roteiro “afro-turístico” realizado pela Feira Preta em conjunto com a Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo; em Santos (2018), como Movimento Afroturístico, ao se referir a um evento realizado em setembro de 2018 na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para debater tendências de mercado, com a presença das empresas *Diáspora Black* e *Black Bird Viagens*; e Sebrae (2020), enquanto uma tendência no turismo que cria experiências que envolvam as raízes e a cultura afrodescendente, cuja essência é conectar pessoas a histórias, culinária, costumes e questões sociais. Para Sebrae (2020) o Afroturismo seria uma vertente do turismo cultural que visa contribuir com a preservação e a perpetuação do patrimônio e da identidade da população negra. Para Rodrigues (2021) a definição de Sebrae (2020) se aproxima da definição de turismo étnico remetendo a aproximação cultural com determinados grupos por meio de experiências, mas a autora salienta que ambas as definições apresentam limitações.

Nesse sentido, conforme Rodrigues (2021, p. 97), Afroturismo são “práticas de resgate, valorização, preservação, reconexão com a identidade e história por meio dos bens culturais, materiais e imateriais, as quais tem sujeitos negros como protagonistas”. É importante destacar que um mesmo termo, Afroturismo, dá conta tanto do conceito de turismo de raízes, como de turismo étnico afro, à medida que busca tanto o “enraizamento” das identidades culturais negras, como a experiência das manifestações culturais materiais e imateriais da população negra, disponível para não-negros. Mas, junto a isso, o Afroturismo contempla em seu bojo, o caráter pedagógico do turismo. Nesse cenário, as redes sociais surgem como um campo de jogo nivelado para as contranarrativas, um espaço onde negros e negras podem contar as próprias histórias (BENJAMIN; DILLETTE, 2021).

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva e exploratória. O método de coleta de dados utilizado foi a netnografia com base em Kozinets (1998, 2002). Para atingir o objetivo proposto, a netnografia foi realizada entre os dias 18 de outubro de 2022 a 03 de fevereiro de 2023, na rede social *Instagram*, a partir da *hashtag* #afroturismo. O período escolhido para a realização da coleta se deu, principalmente,



por contemplar o mês de novembro, o qual acontecem várias atividades em alusão ao dia 20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, seguindo até fevereiro, para contemplar a repercussão dos festejos de Iemanjá, em 02 de fevereiro.

A rede social *Instagram* foi criada em 2010 e, em 2022, contava com cerca de 2 bilhões de usuários no mundo, 110 milhões somente no Brasil (LAROSSA, 2022). Para Zandavalle (2018) o *Instagram* é um ambiente virtual com potencial para o estudo do comportamento humano justamente pela própria dinâmica da rede social que incentiva um contínuo compartilhamento de registros de atividades diárias por perfis de usuários.

O termo etnografia virtual ou netnografia ou etnografia online tem origem nos anos 1990 e é atribuída ao economista Robert V. Kozinets, da Escola de Comunicação e Jornalismo da Universidade do Sul da Califórnia. Segundo Gondim *et al.* (2020, p. 21) “a netnografia consiste em um método qualitativo e interpretativo, adaptado a partir de técnicas, procedimentos e padrões metodológicos da etnografia, que auxilia na investigação da cibercultura e do comportamento das comunidades virtuais”. Embora tenha sido criada para pesquisas em marketing e consumo, a etnografia virtual vem sendo utilizada para pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, como o turismo (GONDIM *et al.*, 2020).

Para Polivanov (2014), a netnografia envolve todas as principais etapas do trabalho etnográfico tradicional, desde a entrada do pesquisador no campo (comunidade virtual, game online, fórum de discussão, site de rede social, dentre outras possibilidades) e modos de interação com o grupo, até as ferramentas de coleta de dados. A diferença fundamental entre a etnografia tradicional e a mediada pelo computador é a noção de “campo”. Conforme Evans (2010), o campo na netnografia passa a ser o texto em uma tela e o grupo de pessoas envolvidas na comunidade pode estar espalhado por diversos lugares físicos, compartilhando o mesmo espaço virtual entre si.

Para Kozinets (1998), a netnografia pode abarcar três tipos de estudos: 1. como uma metodologia para estudar culturas cibernéticas “puras” e comunidades virtuais; 2. como uma ferramenta metodológica para estudar culturas cibernéticas e comunidades virtuais derivadas; e 3. como uma ferramenta exploratória para estudar tópicos em geral. Os procedimentos identificados como padrão para a realização da pesquisa netnográfica, conforme Kozinets (2002) são: 1. *Entrée* (ingresso na comunidade a ser pesquisada); 2. coleta de dados; 3. análise e interpretação, 4. ética de pesquisa; e 5. validação com os membros pesquisados (*member checks*).

Nesta pesquisa, a netnografia foi utilizada como uma ferramenta exploratória para estudar um tópico específico. O *Entrée* se deu por meio do recurso de busca disponível no *Instagram*, o qual resultou em um acervo de *posts* ancorados pela *hashtag* #afroturismo. Trata-se de um ambiente aberto que, até fevereiro de 2023, contava com mais de nove mil *posts*. As coletas foram realizadas



diariamente, ao longo de 108 dias. Os dados coletados foram organizados a partir dos textos das legendas e das imagens em planilhas no *software Excel*, conforme a data de publicação, tipo de material postado (foto ou vídeo), tema, delimitação do tema, quantidade de comentários, colaborações e lugares a que fazem referência (cidade, estado e país).

Para a análise dos dados foi utilizada a análise temática que, conforme Minayo (2007, p.316) “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”, ocorrendo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Os dados foram interpretados a partir de uma ótica decolonial, tendo em vista o Afroturismo ser um conceito brasileiro, dialogando com a Teoria Crítica da Raça, presente nas obras de Dillette, Benjamin e Carpenter (2018); Dillette (2020); Benjamin e Dillette (2021); Dillette e Benjamin (2021); Benjamin, Dillette e Robinson (2022); Park, Mahlobo e Peets (2022); e Yeager *et al.* (2022). Segundo Martins (2021) os estudos decoloniais no turismo são recentes e, de forma central ou tangencial, vem apontando a necessidade da ampliação da diversidade de vozes nos debates, na produção acadêmica e nas práticas da área. Já Benjamin e Dillette (2021) apresentam a Teoria Crítica da Raça como uma abordagem complexa e fluida, na qual a raça é examinada como uma construção política, social e cultural/identitária, tendo como uma das principais ferramentas o uso das contranarrativas como uma forma de confrontar as narrativas oficiais que tentam apagar as lutas e resiliência de negros e indígenas.

Kozinets (2002) enfatiza que uma das diferenças mais importantes entre a etnografia tradicional e a netnografia está nas questões de ética de pesquisa, recomendando ao pesquisador: (a) divulgar sua presença, afiliações e intenções aos membros da comunidade virtual; (b) garantir a confidencialidade e o anonimato dos informantes; (c) fornecer um *feedback* aos membros da comunidade virtual que está sendo pesquisada; e, por fim, (d) adotar uma posição cautelosa sobre a questão da mídia privada versus pública. Por se tratar de um acervo eletrônico, reunido em um ambiente aberto, a netnografia foi realizada de maneira silenciosa, sem a divulgação da presença dos pesquisadores. Com exceção dos perfis de empresas, que divulgam os seus serviços, e perfis relacionados a órgãos públicos, foi garantida a confidencialidade e o anonimato em todas as postagens realizadas por perfis pessoais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletadas 723 postagens publicadas entre os dias 18 de outubro de 2022 a 03 de fevereiro de 2023 na rede social *Instagram*, a partir da hashtag #afroturismo, conforme o Quadro 1, abaixo:



Quadro 1 - Monitoramento mês a mês das postagens #afroturismo

Data/Mês/Ano	Quantidade de posts
18 a 31 de outubro/2022	78
01 a 30 de novembro/2022	230
01 a 31 de dezembro/2022	205
01 a 31 de janeiro/2023	188
01 a 03 de fevereiro/2023	22
TOTAL	723

Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura dos textos, vídeos e imagens, as postagens coletadas foram categorizadas conforme os seguintes temas abordados: oferta de produtos e serviços turísticos afrocentrados (199); dicas e informações (114); mercado, tecnologia e inovação (102); pesquisa e informação (87); divulgações diversas e mensagens inspiradoras (79); relatos de experiência (61); arte, estética e comunicação (31); planejamento e políticas públicas (26); ofertas de produtos e serviços turísticos tradicionais (17); e representatividade política e social (07). Primeiramente, a variedade de temas encontrados demonstra os vários sentidos e contextos os quais o Afroturismo vem assumindo, algumas vezes, extrapolando o Turismo. Pensando nos objetivos da pesquisa, para este trabalho, serão discutidos apenas os temas relacionados a oferta de produtos e serviços turísticos afrocentrados, dicas e informações e relatos de experiência.

No subitem oferta de produtos e serviços turísticos afrocentrados foram identificadas 115 postagens referentes a propagandas e 84 postagens referentes a registros das atividades realizadas. As postagens foram realizadas por 48 diferentes perfis de empresas, organizações e trabalhadores autônomos, entre os quais se destacam: Guia Negro, Bráfika Viagens e Diáspora Black. Os países que aparecem na pesquisa são: África do Sul (8), Brasil (151), Marrocos (2), Egito (1), Emirados Árabes (1) e México (4). No Brasil, os estados com registros de atividades são: Rio de Janeiro (20), São Paulo (20), Bahia (14), Alagoas (6), Distrito Federal (3), Minas Gerais (3), Maranhão (1), Sergipe (1), Pernambuco (1), Paraná (1) e Rio Grande do Sul (1). Entre os grupos atendidos estão: Grupos Diversos (45), Turistas estrangeiros no Brasil (10), Magistrados (9), Escolas (7), Casais (5), Turistas Brasileiros no Exterior (3), Colaboradores de empresas (2), Empreendedores (1), Famílias (1) e Grupos de Mulheres (1).

O Guia Negro é uma plataforma de Afroturismo, criada em 2017 pelo jornalista Guilherme Soares Dias, e realiza atividades turísticas em diversas cidades brasileiras, faz consultorias e produção independente de conteúdo sobre viagens, cultura negra, Afroturismo e *Black Business*. Já a Bráfika Viagens é uma agência de turismo de São Paulo, que tem como foco o Afroturismo e a promoção de viagens a lugares que trazem forte história ancestral sobre a população negra, tanto no Brasil, como em outros países. Por fim, *Diáspora.Black* é uma *startup* de turismo (*traveltech*), criada em 2016, que reúne *city tours*, hospedagem, atividades online (cursos e eventos) e treinamento para empresas, voltados à



cultura negra, educação antirracista e afroempreendedorismo. A iniciativa de criação da empresa surgiu após situações de racismo vivenciadas pelos próprios fundadores no *Airbnb* (HUMBERTO, 2018). Segundo dados disponíveis na página do *Diáspora.Black*, a empresa trabalha com escolas, empresas e organizações da sociedade civil em 145 cidades de 18 países.

Em relação ao registro das atividades realizadas, a maioria, 79, dizem respeito a atividades realizadas no Brasil, com destaque para os roteiros turísticos a pé, ou também chamados *walking tour*, realizados em 13 cidades de 10 estados: Maceió Negra; Afro Olinda; Salvador Negra; Caminho Ancestral de São Luís; Aracajú Negra; Brasília Negra; Juiz de Fora Negra; Caminhada Sampa Negra; Rota Afro Campinas; Rotas Afro Piracicaba; Pequena África e Circuito Histórico da Herança Africana no Rio de Janeiro; Linha Preta Curitiba; Vem pra Sabará; e Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre. O mês com maior quantidade de registros é novembro, com 38 postagens, evidenciando uma maior procura desses grupos, muito provavelmente, em razão do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Dentre algumas das atividades destacam-se as caminhadas com os magistrados, realizadas em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros e o Guia Negro, em oito cidades ao longo do mês de novembro. Na ocasião, foram realizadas caminhadas com magistrados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Aracajú, São Luís, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Em algumas das imagens é possível perceber a presença de adultos e crianças, o que nos leva a entender que alguns magistrados levaram as suas famílias para acompanhar a atividade. Na postagem de agradecimento, o Guia Negro ressalta a importância desse momento e das parcerias firmadas para a sua viabilização, tanto junto a Associação dos Magistrados Brasileiros, como profissionais do turismo e empresas de cada uma das oito cidades: “*Não andamos sós e essa é uma história que vem de longe e agora permanece viva em cada um que esteve conosco*” (INSTAGRAM, 2022).

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, em 2017, cerca de 63,7% da população carcerária brasileira era formada por negros. Para o magistrado Edinaldo César Santos Junior, coordenador executivo do Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (ENAJUN), existe uma política de Estado de aprisionamento de negros e o sistema prisional os rotula como criminosos: “Nós mantemos as castas raciais a partir do sistema prisional ao ignorar as circunstâncias sociais e históricas da população negra” (ANDRADE, 2020).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), 56,1% dos brasileiros se declaram negros, 47% pardos e 9,1% pretos. Contudo, ainda que a população autodeclarada negra seja mais da metade dos brasileiros, negros ainda são minoria em espaços de liderança, como na política (SOUZA; SEABRA, 2022), na magistratura (ANDRADE, 2021), em grandes empresas (HAJA; SEABRA, 2017) e na docência em universidades (FAGUNDES, 2022).



No turismo o cenário não é diferente. Ainda não estão disponíveis no Brasil dados oficiais sobre os viajantes negros, como perfil socioeconômico, perfil de consumo, hábitos de viagens, entre outras informações que seriam fundamentais para a construção de políticas públicas. Uma pesquisa pioneira foi realizada por Santos (2018) com o objetivo de apresentar a trajetória do afro-brasileiro diante da sua invisibilidade como viajante negro. A autora realizou uma pesquisa online com 580 viajantes negros, de 20 estados brasileiros, o que acabou por evidenciar que 46,7% dos respondentes já haviam vivenciado e/ou presenciado situações de racismo ou injúria racial em viagens nacionais e 21,2% em viagens internacionais. A pesquisa revela que o racismo é o quarto maior fator desestimulante em viagens nacionais e internacionais para viajantes negros brasileiros.

Em relação ao turismo receptivo, a partir do objetivo de descrever as principais demonstrações de preconceito racial com o profissional de turismo, Santos *et al.* (2020) realizaram uma pesquisa com trabalhadores que atuam no receptivo e no posto de informação turística do Aeroporto Internacional de Salvador (BA), revelando uma relação de subserviência na atividade turística naturalizada pelos turistas que, por sua vez, carregam em seus discursos estigmas e estereótipos em relação à Bahia e sua população. Na hotelaria, a partir de uma pesquisa com hoteleiros negros, Matteis (2021) evidencia que, além da escassez de lideranças negras no setor, grandes cadeias como *Choice Hotels* e *Hilton*, apesar de já terem iniciativas de inclusão racial em outros países, ainda não as implementam no Brasil. No setor de aviação civil nacional Gabrielli *et al.* (2022), a partir de uma pesquisa com 2 pilotas negras formadas e 4 comissárias de bordo, todas vinculadas ao coletivo Quilombo Aéreo, revelaram que há barreiras para as mulheres negras entrarem e permanecerem no setor.

Em relação à pesquisa acadêmica da área, Oliveira (2021b) apresenta um levantamento de artigos sobre negros e o turismo no Brasil, a partir de uma pesquisa em periódicos vinculados a Programas de Pós-Graduação com área básica em Turismo. Conforme a autora, de 2.618 artigos publicados, apenas 5 tratavam da temática, o que representa apenas 0,19% da produção científica, revelando que o tema é academicamente invisibilizado pela área do turismo no Brasil. Os 5 artigos levantados discutiam quilombos (2), racismo (1) e sexualização da mulher negra (2).

Para Kabengele Munanga o combate ao racismo estrutural depende de uma educação cidadã antirracista. O pesquisador complementa que não há uma receita pronta para lutar contra o preconceito racial, mas há três caminhos possíveis, as leis, a educação antirracista e as ações afirmativas: “As leis, embora existam, só atingem práticas racistas observáveis. Os preconceitos que são introjetados pela educação e estão na cabeça das pessoas, não. Só a educação pode atingir esse terreno” (CAMAZANO, 2023).



No ano de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio e o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, no calendário escolar. A Lei nº 10.639/2003 foi regulamentada no ano seguinte, por meio do Parecer CNE/CP nº 3/2004 do Conselho Nacional de Educação. O parecer reconhece que a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica é uma decisão política, fruto de intensa luta do Movimento Negro no Brasil ao longo do século XX e que é preciso valorizar devidamente a história e cultura afro-brasileira de forma a reparar os danos que se repetem há cinco séculos à identidade e aos direitos da população negra no Brasil. (MEC, 2004). O documento salienta, também, a forte repercussão pedagógica, inclusive na formação de professores.

É importante frisar que em 2023 a Lei n. 10.639/2003 completou 20 anos, mas professores de matérias como história, geografia, literatura e artes ainda reclamam da falta de qualificação para ministrar o conteúdo. Fato é que antes da lei, gerações e gerações de brasileiros não tiveram acesso ao conteúdo referente a História e Cultura Afro-Brasileira. Nesse sentido, práticas de turismo afrocentrado vem a contribuir com a educação antirracista, no sentido de contar histórias que a história (eurocêntrica) não conta, onde o negro é apresentado (e se apresenta), com suas próprias referências, tanto em um viés de educação formal, como informal, conforme relato a seguir:

Durante o ano de 2022, o Rotas Afro lançou o projeto Rota nas Escolas e o Instituto Terra Mater foi apoiador nas ações. Mensalmente escolas públicas foram atendidas e puderam percorrer a rota em Piracicaba. O Rota nas Escolas é uma ferramenta poderosa para aplicação prática da lei 10.639, que em 2023 completa seu 20º ano de vigência e traz a obrigatoriedade do ensino da cultura e história negra nas escolas. Acreditamos nas Rotas como uma potencialidade para o ensino, trazendo exemplos práticos e territoriais para os jovens e adolescentes, além de construir um diferencial no ensino e na forma com que a sociedade se relaciona com a cidade, para viabilizar o desenvolvimento territorial (INSTAGRAM, 2023).

Por outro lado, a falta de uma educação patrimonial antirracista ocasiona situações bizarras, como o ocorrido na Fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras, uma antiga fazenda de café que, no ano de 2016, realizou encenações com mulheres negras vestidas como mucamas e turistas recebidos por uma “sinhá”, dona da fazenda (OLLIVEIRA, 2016). Oliveira (2021c) aponta que esse não é um caso isolado, tendo em vista que nos produtos com o selo *Tour* da Experiência em Vassouras, a história difundida pelos empreendedores está relacionada à nobreza do período imperial brasileiro, com costumes, culinárias, vestuários, entre outros, a partir de uma narrativa romantizada de um determinado grupo social relativizando outros povos, memórias e identidades.



No subitem dicas e informações estão disponíveis informações sobre lugares de memória da diáspora africana no Brasil, Estados Unidos e Moçambique, celebrações/festas comemorativas, formas de expressão e ofícios, saberes e modos de fazer, evidenciados em datas comemorativas, personalidades negras homenageadas, além de recomendações e a apresentação de projetos como Turismo Fora do Avião, no Distrito Federal, Rotas Afro em Vinhedo e a Rota Afroreligiosa na Bahia.

No Brasil, há destaque para os Quilombos do Jejum, Chumbo e Morrinho em Poconé, no Mato Grosso; a rua Alaíde do Feijão e Casa do Carnaval em Salvador, na Bahia; No estado do Rio de Janeiro, há destaque para a Nave do Conhecimento Abdias do Nascimento e o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, na capital e o Quilombo do Campinho da Independência, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e o Cais em Paraty; Por fim, no estado de São Paulo, há destaque para a exposição África em São Paulo, no Museu da Imigração, o Monumento em homenagem ao advogado, abolicionista e jornalista Luís Gama, no Largo do Arouche, o Museu das Favelas, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha. Além disso, também são listadas sete estátuas de Zumbi dos Palmares para se conhecer, localizadas nas cidades de: São Paulo (Praça Antônio Prado); Salvador (Praça da Sé); Olinda (Praça do Rosário); Brasília (em frente ao Conic); Maceió (Praça dos Palmares); Recife (Praça do Carmo); e Rio de Janeiro (Av. Presidente Vargas). Entre as personalidades negras citadas, estão: João Cândido; Mercedes Baptista; Hilária Batista de Almeida (Tia Ciata); Deolinda Madre (Madrinha Eunice); Iyalorixá Gildásia dos Santos e Santos (Mãe Gilda de Ogum); Luís Gama; Gloria Maria; Abdias do Nascimento; Zumbi dos Palmares; Pelé; Esperança Garcia; e Yvonne Lara da Costa (Dona Ivone Lara).

Entre as festas e celebrações citadas estão o Carnaval, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim e Iemanjá. Entre as formas de expressão, o samba, lembrado em 02 de dezembro pelo seu dia nacional; e o Tambor de Crioula no estado do Maranhão. Por fim, entre os saberes e modos de fazer, foram evidenciadas as Baianas de Acarajé, também a partir da data comemorativa de 25 de novembro.

Também foram encontradas postagens que fazem referência a outras datas como: o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, o Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, o *Kwanzaa* e o *réveillon*, evidenciando a importância dessas datas comemorativas para a educação antirracista:

Através do Turismo Cultural nós podemos resolver grande parte das questões que afligem a nossa sociedade, como por exemplo, a intolerância religiosa! Participar de eventos relacionados ou mesmo visitar espaços importantes para uma reeducação aplicada a partir das questões étnico raciais é uma atividade antirracista e acima de tudo, cidadã! No Rio isso é possível através de experiências culturais diversas que estão presentes no calendário oficial da cidade, e outras que podem ser visitadas por meio de agendamento, visita e/ou logística turística (INSTAGRAM, 2023).



Em uma das postagens referentes ao *réveillon*, também é recuperada a influência africana na festividade no Brasil:

No Brasil, nossa cultura negra deixa sua marca nas três tradições mais populares da virada de ano. Vestir branco se tornou comum a partir da década de 1970, com o movimento do povo de candomblé para fazer suas oferendas nas praias. As sete ondas que pulamos também está relacionada à devoção e aos preceitos da umbanda. E aquela rosa que colocamos no mar com nossas melhores intenções homenageia Yemanjá, grande mãe da vida na cultura yoruba (INSTAGRAM, 2022).

Segundo Lima (2020), o patrimônio cultural afro-brasileiro designa um conjunto de expressões culturais que evoca, como origem, os significados e as simbologias associados à ancestralidade africana. Conforme a autora, desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1938, os debates relacionados à cultura e à identidade nacionais adquiriram caráter institucional. Na época, havia uma necessidade de se buscar elementos que pudessem sintetizar a “brasilidade” e forjar um repertório cultural representativo da nação.

Conforme Fonseca (2017), até a década de 1970 o patrimônio cultural brasileiro estava restrito a monumentos e testemunhos da história “oficial” que, sobretudo, as elites se reconheciam. Com as transformações políticas ocorridas na 1970 e, fundamentalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, o processo de reconhecimento e de valorização de expressões foi reorientado, incluindo, também, manifestações culturais representativas para outros grupos da sociedade brasileira.

Lima (2020) divide o processo de reconhecimento de bens e referências culturais afro-brasileiras em três momentos: em um primeiro momento pelo “olhar ocidental” e pelo “olhar policial”, com o tombamento do Museu de Magia Negra em 1938, hoje denominado Acervo Nosso Sagrado (LIMA, 2023); o segundo momento na década de 1980, com o tombamento do *Ilê Axé Iyá Nassô Oká* (Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho) e a Serra da Barriga, em um contexto de emergência e fortalecimento dos movimentos sociais negros, avanços conceituais nos processos de seleção e de gestão do patrimônio cultural e demandas por reconhecimento das diferentes populações; por fim, o terceiro momento se dá a partir do ano 2000, com o Decreto N° 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Segundo Lima (2020), dos 25 registros realizados até 2012, 8 são bens culturais vinculados ao universo cultural afro-brasileiro: o Samba de Roda do Recôncavo, o Ofício das Baianas de Acarajé, o Jongo no Sudeste, o Tambor de Crioula no Maranhão, a Roda de Capoeira, o Ofício dos Mestres de Capoeira e o Complexo Cultural do Bumba-meu-boi, no Maranhão.



Em relação as postagens categorizadas enquanto relatos de experiência, foram encontrados 53 registros realizados por viajantes negros e 8 realizados por viajantes não-negros. As viagens foram realizadas no Brasil (47), Argentina (1), Caribe (1), China (1), Holanda (1), Marrocos (1) e Sérvia (1).

Ainda que nem todas as viagens tenham sido realizadas para lugares de memória da diáspora africana, aqui fica evidenciado o uso da *hashtag* Afroturismo para registro de viagens de viajantes negros brasileiros, em um movimento idêntico ao novo BTM. Os dados relativos às postagens também mostram a diversidade em relação aos viajantes negros brasileiros, no mesmo sentido da discussão realizada por Benjamin, Dillette e Robinson (2022), bem como relatos de experiências significativas (PARK; MCGEHEE; HARRISON, 2022).

Em relação às viagens internacionais, em apenas 1 (uma) postagem há a identificação da viagem afrocentrada, para o Marrocos: *“Obrigada por essa viagem que foi a primeira de várias viagens ancestrais da gente juntas! Obrigada pelo afeto preto compartilhado, obrigada pelo respeito e pela construção profunda de novas memórias pretas em mim!”* (INSTAGRAM, 2022).

Entre os lugares de memória negra no Brasil ou empreendimentos com proposta afrocentrada, procurados por negros e não-negros, destacam-se: o Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Alagoas); Pelourinho, Festival Afropunk e Afrobarco (Bahia); Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros (Rio Grande do Norte); Largo de São Francisco da Prainha e Paraty (Rio de Janeiro); Estátua da Mãe-Preta, Bairro da Liberdade, Largo do Paissandú e Quilombo do Cafundó (São Paulo); Quilombo Mumbuca-Jalapão (Tocantins); Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II e Comunidade Kalunga do Vão do Moleque (Goiás); e vinícola Sítio Rosa do Vale (Rio Grande do Sul). Também foram encontrados registros referentes ao Cruzeiro Balanço Black em Alto Mar, realizado entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2022.

O Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Alagoas) é citado como um lugar de resgate da ancestralidade, que suscita sentimentos de força e resiliência: *“Palmares é sobre sentimentos, mais do que um lugar, é a sensação que provoca Resgate de ancestralidade e olhar pro futuro, com força e resiliência. Que todos possam um dia pisar nesse solo sagrado”* (INSTAGRAM, 2022).

A Bahia foi o estado mais visitado, com destaque para Salvador, remetendo a “Meca Negra” (DIAS, 2018; OLIVEIRA; SILVA; ALMEIDA, 2022) ou “Roma Negra” na canção Reconvexo de Caetano Veloso. Em uma das postagens Salvador é evidenciada da seguinte maneira:

Há uma ligação ancestral em Salvador, uma sensação de pertencimento, de já ter estado naquele lugar, sem que já tenha de fato ido para lá antes. Quem é negro e já esteve na cidade sabe do que estou falando. Mais do que isso: Salvador é a Meca negra (INSTAGRAM, 2023).



Em relação aos viajantes negros, independente da visita a um lugar de memória negra ou não, o registro da viagem em uma rede social assume um caráter político- transgressor, tendo em vista que o negro raramente é representado como viajante no turismo. Oliveira (2022), ao analisar a representação social e a representatividade do negro em uma revista de turismo voltada ao consumo de luxo, conclui que o negro aparece de três maneiras: como servidor do turismo, como atrativo e, em menor quantidade, como turista, revelando a associação entre branquitude e riqueza no turismo de luxo. Ao ocupar esses espaços, olhá-los, senti-los, o viajante negro também expressa a sua percepção sobre representatividade, conforme relato abaixo, realizado por uma mulher, viajante negra, em visita a cidade de Florianópolis (SC):

Primeira rua pavimentada de Florianópolis (1845) e construída por quem? Atualmente essa rua é a Praça Roldão da Rocha Pires e faz parte dos roteiros turísticos por Santo Antônio de Lisboa. Mas, quando se procura informações turísticas do local só se fala praticamente da população açoriana que veio para a região na época da colonização portuguesa. E quase nada se fala dos povos indígenas carijós e dos africanos, que mesmo privados de suas liberdades por anos, contribuíram para a construção e desenvolvimento cultural, histórico e econômico de Santo Antônio de Lisboa. Apesar de no local existir uma placa pública relatando que se faz presente a contribuição desta população (INSTAGRAM, 2023).

Além do depoimento, a postagem é composta por quatro imagens, as quais são destacadas duas placas públicas na Praça Roldão da Rocha Pires, localizada no bairro de Santo Antônio de Lisboa. Em uma das imagens a turista ressalta que há um pequeno destaque em uma das placas públicas, mas lembra que em muitos lugares nem isso é feito.

Em relação as viagens a lugares de memória negra realizadas por viajantes não-negros, estão evidenciados em seus relatos o contentamento ao participar das ações e a surpresa ao se deparar com informações antes desconhecidas. Dillette (2020) em sua pesquisa sobre o turismo de raízes em Gana já apontava sobre os benefícios para viajantes negros e não-negros na realização de viagens a lugares de memória da diáspora africana, enquanto uma ação educativa para se refletir sobre o trauma emocional coletivo resultante da escravização. No mesmo sentido, Silva *et al.* (2023) também reiteram a necessidade de uma formação humana reflexiva que constitua uma mediação para a promoção da diminuição das desigualdades sociais e dos racismos.

Trazendo para o contexto do Afroturismo, pensando conceito e prática, muito além de um segmento de mercado, o Afroturismo se apresenta como um novo modo de fazer turismo, com protagonismo negro, apresentando heróis negros e heroínas negras, a partir de narrativas afroreferenciadas, remetendo, nesse sentido, a contranarrativa presente na Teoria Crítica da Raça (BENJAMIN; DILLETTE, 2021), enquanto uma postura política, uma forma de fazer turismo aberto a



todos, negros e não negros, e aqui reside sua principal diferença em relação ao turismo tradicional (eurocêntrico): o Afroturismo é uma prática que inclui, feita por negros, mas não só para negros, mas sim para todos que queiram participar, conforme depoimento a seguir de uma mulher, viajante não-negra, em uma experiência afroturística em Maceió:

Sempre me atraso para postar sobre minhas viagens, mas vou fazer e falar de cada dia em Maceió-AL. Dia 1- Esse tour foi incrível, passamos pelos pontos importantes focados na cultura afro, e nosso guia tinha todas as histórias na ponta da língua, desde datas e nomes até curiosidades que só se sabe com a vivência. Sem falar no grupo perfeito que participou!! Quem não conhece precisa conhecer!! Já posso voltar?

Nesse sentido, é importante recuperar o conteúdo do Parecer CNE/CP nº 3/2004:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (MEC, 2004, p. 8).

Por fim, para os viajantes negros, a visita a lugares de memória negra carrega o mesmo significado do turismo de raízes, “enraizar” as suas identidades, conforme relato a seguir:

Visitar a comunidade da Mumbuca e do Rio Prata foi muito interessante. Os quilombolas tiram da terra seu alimento e seu sustento, vivem do que produzem, como a venda do artesanato feito com capim dourado. 🌀 Tomar um café no quintal da D. Maria e do Sr. Salomão, pode parecer insignificante para uns, mas foi o auge da experiência para mim. Estar ali com eles foi como se eu estivesse recebendo a benção dos meus ancestrais. Foi mágico! (INSTAGRAM, 2022).

Ao se cruzar as informações contidas nos registros de atividades presentes na oferta de produtos e serviços turísticos afrocentrados com os relatos de experiências é possível perceber que muitos grupos compostos por não-negros realizaram atividades afrocentradas, em especial as caminhadas, como os grupos escolares, colaboradores de empresas e magistrados, principalmente no mês de novembro, contudo esses grupos não aparecem na categoria relatos de experiência. Uma das hipóteses pode ser o desconhecimento do próprio termo Afroturismo ou a não familiaridade com o uso da *hashtag*, tendo em vista o seu maior engajamento por parte de turistas negros. Dialogando com a pesquisa de Santos e Sá (2021), ao falar sobre o coletivo de mulheres negras viajantes *Bitonga Travel*, há também a possibilidade do Afroturismo, expresso no uso da *hashtag* #Afroturismo no *Instagram*, ainda estar restrito a um grupo que consome esse tipo de conteúdo nas redes sociais, por isso, não sendo divulgado em outros meios de comunicação de massa e nem do turismo.



No contexto de uma pesquisa realizada na rede social *Instagram*, o presente estudo inova ao realizar a pesquisa a partir de uma *hashtag* ao invés de perfis específicos como realizados por Gill (2019), Peters (2021) e Arthur (2022, 2023), bem como, também, corrobora com Benjamin e Dillette (2021) ao discutir as relações raciais a partir das contranarrativas disponíveis no *Instagram*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento dos principais temas abordados a partir do uso da *hashtag* #afroturismo no *Instagram* trouxe como resultados uma variedade de usos da palavra, que extrapolam a área do turismo, abrangendo os seguintes tópicos: a oferta de produtos e serviços turísticos afrocentrados; dicas e informações; mercado, tecnologia e inovação; pesquisa e informação; divulgações diversas e mensagens inspiradoras; relatos de experiência; arte, estética e comunicação; planejamento e políticas públicas; ofertas de produtos e serviços turísticos tradicionais; e representatividade política e social. Contudo, de maneira central, o estudo mostra que o Afroturismo abrange conceitos e práticas do turismo de raízes, turismo étnico-afro e o novo *Black Travel Moviment* (BTM).

A leitura aprofundada dos tópicos oferta de produtos e serviços turísticos afrocentrados; dicas e informações; e relatos de experiência evidenciaram os bens culturais afro-brasileiros como o Carnaval, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim e Iemanjá, entre as festas e celebrações; o samba e o Tambor de Crioula, entre as formas de expressão; e as Baianas de Acarajé, entre os saberes e modos de fazer. Foi realizado um levantamento robusto de lugares de memória da cultura negra no Brasil, destacando-se o Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Alagoas) e a cidade de Salvador, considerada a “Meca Negra”, enquanto lugares de resgate da ancestralidade. Entre as personalidades negras citadas, estão: João Cândido; Mercedes Baptista; Hilária Batista de Almeida (Tia Ciata); Deolinda Madre (Madrinha Eunice); Iyalorixá Gildásia dos Santos e Santos (Mãe Gilda de Ogum); Luís Gama; Gloria Maria; Abdias do Nascimento; Zumbi dos Palmares; Pelé; Esperança Garcia; e Yvonne Lara da Costa (Dona Ivone Lara).

Em relação ao registro das atividades realizadas, a maioria, 79, dizem respeito a atividades realizadas no Brasil, com destaque para os roteiros turísticos a pé, ou também chamados *walking tour*, realizados em 13 cidades de 10 estados: Maceió Negra; Afro Olinda; Salvador Negra; Caminho Ancestral de São Luís; Aracajú Negra; Brasília Negra; Juiz de Fora Negra; Caminhada Sampa Negra; Rota Afro Campinas; Rotas Afro Piracicaba; Pequena África e Circuito Histórico da Herança Africana no Rio de Janeiro; Linha Preta Curitiba; Vem pra Sabará; e Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre. O mês com maior quantidade de registros é novembro, com 38 postagens, evidenciando uma



maior procura desses grupos, muito provavelmente, em razão do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Os relatos de experiência e registros de atividades apontam uma importante contribuição do Afroturismo enquanto ação educativa antirracista junto a grupos de turistas, grupos escolares, colaboradores de empresas e magistrados, compondo um dos três caminhos possíveis no combate ao racismo no Brasil, conforme apontado por Kabengele Munanga: a educação cidadã antirracista, as leis e as ações afirmativas. Nesse sentido, o Afroturismo se apresenta como uma ferramenta potente no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, trazendo exemplos práticos e territoriais, contando histórias que a história (eurocêntrica) não conta, onde o negro é apresentado (e se apresenta), com suas próprias referências, tanto em um viés de educação formal, como informal.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada em uma comunidade específica demarcada pelo uso da *hashtag* #afroturismo, o texto e a investigação têm limitações como em qualquer outra, cuja história e contexto ficam restritos ao grupo que acessa e consome esse tipo de conteúdo nas redes sociais. Nesse sentido, pesquisas futuras podem apontar para instrumentos de coleta de dados diretamente ligados ao turista. Com isso, de outra maneira, reitera-se o papel do Turismo para um debate social crítico.

Em razão da pesquisa ter localizado lugares de representação do Afroturismo como o Parque Memorial Quilombo dos Palmares e a cidade de Salvador, entre outros, há de se propor pesquisas futuras que incluam o espaço de representação como atributo para um debate social crítico, numa recomendação lefebvriana e sojiana. E, nessa condição, o espaço de representação do Afroturismo também se afirma como atributo de abordagem científica para o Turismo.

Enquanto contribuição prática, essa pesquisa pode nortear políticas públicas para o Afroturismo e até iniciativas para o *trade* turístico, no sentido de precaver e coibir situações de discriminação e/ou preconceitos de origem étnico-racial. Em um país com tantos povos de distintos mundos culturais, ainda temos muito por fazer em prol da paz e da equidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. “Com política de cotas, dobra percentual de negros e negras a ingressar na magistratura”. **Conselho Nacional de Justiça** [2021]. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 14/02/2023.

ANDRADE, P. “O encarceramento tem cor, diz especialista”. **Conselho Nacional de Justiça** [2020]. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 14/03/2023.

ARTHUR, T. O. “‘We Bring Home the Roots’: Black Women Travel Influencers, Digital Culture Bearing, and African Internationalism in Instagram”. **Social Media + Society**, vol. 8, n. 2, 2022.



ARTHUR, T. O. “White travel imaginary and media contestations of race”. **Annals of Tourism Research**, vol. 100, 2023.

ASANTE, M. K. “Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar”. *In*: NASCIMENTO, E. L. (ed.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009.

BENJAMIN, S.; DILLETTE, A. K. “Black Travel Movement: systemic racism informing tourism”. **Annals of Tourism Research**, vol. 88, 2021.

BENJAMIN, S; DILLETTE, A.; ROBINSON, E. “Black travel is not a monolith”. **Tourism Geographies**, vol. 27, 2022.

BRÁFIKA. “Quem somos”. **Bráfika** [2023]. Disponível em: <www.brafrika.com.br>. Acesso em: 01/02/2023.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Brasília: Planalto, 1989. Disponível em: <www.planalto.leg.br>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 1.390, de 03 de julho de 1951**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1951. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 12.519, de 10 de novembro de 2011**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. **Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/08/2023.

CAMAZANO, P. “Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo, diz Kabengele Munanga”. **Folha de São Paulo** [2023]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br >. Acesso em: 01/03/2023.

COLES, T.; TIMOTHY, D. “My field is the world: conceptualizing diasporas, travel and tourism”. *In*: COLES, T.; TIMOTHY, D. (eds.). **Tourism, Diasporas and Space**. London: Routledge, 2004.

DIAS, G. S. “Salvador é a meca negra: todo negro precisa ir pelo menos uma vez **Guia Negro – Embaixadores do Afroturismo** [2018]. Disponível em: <www.guianegro.com.br>. Acesso em: 14/09/2023.

DIÁSPORA.BLACK. “Diáspora.Black, hub de cultura negra”. **Diáspora.Black** [2016]. Disponível em: <www.diaspora.black>. Acesso em: 01/02/2023.

DILLETTE, A. K. “Roots tourism: a second wave of Double Consciousness for African Americans”. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 29, n. 2, 2020.

DILLETTE, A. K.; BENJAMIN, S. “The Black Travel Movement: a catalyst for social change”. **Journal of Travel Research**, vol. 61, n. 3, 2021.



DILLETTE, A. K.; BENJAMIN, S.; CARPENTER, C. “Tweeting the Black Travel Experience: social media counternarrative stories as innovative insight on #TravelingWhileBlack”. **Journal of Travel Research**, vol. 58, n. 8, 2018.

EVANS, L. “Authenticity Online: using webnography to address phenomenological concerns”. *In*: MOUSOUTZANIS, A.; RIHA, D. (orgs.). **New Media and the Politics of Online Communities**. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010.

FAGUNDES, A. “Faculdade com ao menos de 20% de professores negros ainda é minoria no Brasil”. **Valor Econômico** [2022]. Disponível em: <www.valor.globo.com >. Acesso em: 14/02/2023.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal da preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. “Lei Afonso Arinos: A primeira norma contra o racismo no Brasil”. **Fundação Cultural Palmares** [2018]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 16/08/2023.

GABRIELLI, C. *et al.* “‘Claro que não vi nenhuma preta’: interseccionalidades de raça e gênero entre tripulantes brasileiras atuantes no setor aéreo”. **Anais do XIX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Recife: ANPTUR, 2022.

GILL, T. M. “‘The world is ours, too’: millenial women and new Black Travel Movement”. *In*: WILLIS, D.; TOSCANO, E.; NELSON, B. K. (eds.). **Women and migration**: responses in art and history. New York: Open Book Publishers, 2019.

GONDIM, C. B. *et al.* “Netnografia como método de pesquisa em turismo”. **Revista Turismo em Análise**, vol. 31, n. 1, 2020.

GUIA NEGRO. “Kwanzaa: o que é e como funciona a celebração preta da diáspora que ‘substitui’ o natal”. **Guia Negro** [2020]. Disponível em: <www.guianegro.com.br>. Acesso em: 14/05/2023.

GUIA NEGRO. “Quem somos”. **Guia Negro** [2023]. Disponível em: <www.guianegro.com.br>. Acesso em: 14/05/2023.

HAJA, L.; SEABRA, R. “Apenas 4% das 500 maiores empresas brasileiras têm negros no corpo executivo, aponta ativista”. **Câmara dos Deputados** [2017]. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 14/02/2023.

HUMBERTO, C. “Como surgiu a Diáspora.Black”. **Diáspora.Black** [2018]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 14/02/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil**: Cor ou Raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KLASSEN, S. *et al.* “More than a Modern Day Green Book: Exploring the Online Community of Black Twitter”. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, vol. 5, 2021.

KOZINETS, R. “On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture”. **Advances in Consumer Research**, vol. 25, n. 1, 1998.

KOZINETS, R. “The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities”. **Journal of Marketing Research**, vol. 39, n. 1, 2002.



LAROSSA, L. “Quantos usuários do Instagram existem no Brasil e no mundo em 2022?”. **AppTuts** [2022]. Disponível em: <www.apptuts.net>. Acesso em: 31/03/2023.

LIMA, A. R. “Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e o Registro de Bens Imateriais: alcances e limitações”. **Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, vol. 9, n. 17, 2020.

LIMA, C. “Iphan renomeia ‘Coleção de Magia Negra’, para ‘Acervo Nosso Sagrado’: A decisão é um ato de reparação histórica e fortalece iniciativas de combate ao racismo no Brasil.”. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** [2023]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 10/04/2023.

MARTINS, J. L. O. “O Turismo e as Teorias Decolonias: Uma Revisão Sistemática da Literatura”. **Anais do XVIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Recife: ANPTUR, 2021.

MATTEIS, N. “Lideranças negras e a branquitude da hotelaria”. **Hotelier News** [2021]. Disponível em: <www.hoteliernews.com.br>. Acesso em: 04/04/2023.

MEC - Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n. 3, de 10 de março de 2004**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 21/08/2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MUNANGA, K. “Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades”. **Revista de Antropologia**, vol. 33, 1990.

OLIVEIRA, N. A. “Negros e turismo: análise da produção acadêmica sobre o tema em revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil”. **Rosa Dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, vol. 13, n. 1, 2021b.

OLIVEIRA, N. A. “Precisamos falar sobre racismo no turismo”. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, vol. 11, n. 2, 2021c.

OLIVEIRA, N. A. “Representação e representatividade dos negros em uma revista de turismo de luxo do Brasil”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 16, n. 1, 2022.

OLIVEIRA, N. A. “Turismo diaspórico, teste de DNA e cozinhas: experiência gastronômica de consumidores de uma agência de turismo afrocentrada”. **Ágora**, vol. 23, n. 1, 2021a.

OLIVEIRA, N. A.; SILVA, P. T.; ALMEIDA, H. J. “Mulheres negras viajantes: experiências e relatos de um grupo de Facebook”. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 22, n. 1, 2022.

OLLIVEIRA, C. “Turistas podem ser escravocratas em fazenda ‘sem racismo’: Escravidão como atrativo turístico mostra como Brasil naturaliza seus preconceitos”. **The Intercept Brasil** [2016]. Disponível em: <www.intercept.com.br>. Acesso em: 16/04/2023.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Tendências do Turismo Internacional**. Madrid: OMT, 2008.



PARK, S.; MAHLOBO, C T.; PEETS, J. “O. Flourishing through traveling while Black: Unfiltered voices of Black travelers”. **Tourism Management**, vol. 91, 104514, 2022.

PETERS, C. “Instagramming diasporic mobilities: the Black Travel Movement and differential spatial racialization”. **Communication, Culture and Critique**, vol. 14, n. 2, 2021.

PINHO, P. S. “Turismos Diaspóricos: Mapeando Conceitos e Questões”. **Tempo Social**, vol. 30, n. 2, 2018.

POLIVANOV, B. B. “Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos”. **Esferas**, vol. 1, n. 3, 2014.

RODRIGUES, D. S. **Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra**. São Paulo (Dissertação de Mestrado em Turismo). São Paulo: USP, 2021.

SANTOS, D. V. *et al.* “Turismo e preconceito: as (inter) relações existentes no tratar do turista com os profissionais de turismo em Salvador-BA”. **Revista Iberoamericana de Turismo**, vol. 10, n. 1, 2020.

SANTOS, J.; SÁ, N. S. C. “A mulher negra viajante: experiências e estratégias de combate à sua (in)visibilidade no turismo”. **Revista de Turismo Contemporâneo**, vol. 9, n. 2, 2021.

SANTOS, T. S. **O viajante afro-brasileiro: enegrecendo o turismo**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Turismo). São Paulo: USP, 2018.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. “Boletim de tendência janeiro-fevereiro/ 2020 – Afroturismo”. **Sebrae** [2020]. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 16/04/2023.

SILVA, G. M. **Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo** (Tese de Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2017.

SILVA, O. H. F. *et al.* “Do racismo científico ao racismo social: o conceito de “raça” nas relações humanas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 40, 2023.

SOUZA, M.; SEABRA, R. “Número de deputados pretos e pardos aumenta 8,94%, mas é menor que o esperado”. **Câmara dos Deputados** [2022]. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 14/02/2023.

SUTHERLAND, T. “Social Media and the Black Travel Community: from autonomous space to liberated space”. **Anais da 52ª Conferência Internacional do Havaí sobre Ciências de Sistemas**. Honolulu: Universidade do Havaí em Mānoa, 2019.

YANG, L. “Ethnic tourism”. *In*: JAFARI, J.; XIAO, H. (eds.). **Encyclopedia of Tourism**. Cham: Springer, 2016.

YEAGER, E. P. *et al.* “Developing self-efficacy through transformative field experiences in tourism pedagogy”. **Journal of Teaching in Travel and Tourism**, vol. 22, n. 3, 2022.

ZANDAVALLE, A. C. “Análise de dados visuais no Instagram: perspectivas e aplicações”. *In*: SILVA, T.; BUCKSTEGGE, J.; ROGEDO, P. (orgs.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 15 | Nº 45 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima